

## Canal Energia – 15/10/2007

### **Acende Brasil** lança estudo que avalia sustentabilidade do Luz para Todos

De acordo com estudo, modelo do programa traz impacto para os estados mais pobres, já que prevê expansão onde os investimento não são recuperáveis

Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Consumidor

A sustentabilidade do programa Luz para Todos é um dos principais temas da série cadernos de política tarifária do **Instituto Acende Brasil**, lançada nesta segunda-feira, 15 de outubro, em Brasília. De acordo com o estudo, o modelo do programa traz impacto para os estados mais pobres, já que prevê expansão das redes de eletricidade para as regiões onde os custos de investimento não são recuperáveis.

O estudo cita dados do Ministério de Minas e Energia que apontam o investimento de R\$ 8,7 bilhões no programa. Entretanto, 90% deste valor é proveniente dos consumidores que pagam tarifas e os 10% restantes, dos governos estaduais, sem recursos federais. Segundo o presidente do **Acende Brasil**, **Claudio Sales**, o estudo sugere a revisão das metas do programa e a participação do governo nos investimentos a fim de dar sustentabilidade ao programa.

O segundo caderno da série cita que as distribuidoras Escelsa (ES), Coelce (CE) e Celpa (PA) tiveram déficits tarifários com o Luz para Todos de 62%, 70% e 74%, respectivamente. "O programa não estabeleceu condições de bancar o custo de operação e manutenção das novas linhas, gerando impacto nas tarifas", disse **Sales**.

O primeiro caderno aborda o tema "Regulação por Incentivos". **Sales** explicou que esse tipo de regulação, que visa à eficiência, está dando lugar à volta do modelo de Regulação por Custo, adotado na década de 90, e que não premia a busca por custos eficientes, investimentos prudentes e redução de tarifas. O instituto avalia que a revisão das tarifas é importante para que não haja oneração injusta do consumidor, em virtude de elevação das tarifas, ou comprometimento em investimentos e na qualidade dos serviços de distribuição, no caso de reduções excessivas das taxas.

A série aborda também temas como inadimplência, baixa renda, base de remuneração regulatória, empresa de referência e outras questões que comprometem o equilíbrio econômico das revisões tarifárias de eletricidade. **Sales** contou que os outros cinco cadernos da série devem ser publicados até o final de novembro.